



## Editorial

Na perspectiva atual, onde todos se preocupam com mudanças necessárias e constantes para um desempenho pessoal e profissional condizente com as exigências mundiais, vemos que muitos pensamentos têm atormentado muitas pessoas e como podem buscar respostas às suas dúvidas, passam a ser perguntas cada vez mais constantes. Muitas informações são veiculadas as diversas mídias sociais, mas em quais podemos acreditar? Essas são na atualidade as dúvidas que cercam nossas vidas e como podemos saber qual é nosso papel neste processo? Pensar o Direito nas suas novas perspectivas Pós-Pandemia, traz indagações não só de mudanças no comportamento humano, mas também na alteração do comportamento do próprio sistema Jurídico no transmitir do equilíbrio nas relações com os jurisdicionados. Em artigo recente publicado pelo colunista Thomas L. Friedmam, no The New York Times, existe a afirmação que nossa história mundial se dividirá em antes e depois da pandemia pelo COVID-19, e por mais que sejamos otimistas em relação ao recomeço da humanidade, não podemos descartar a ideia de que as alterações de comportamentos vão nos afetar em muitos níveis, sendo necessárias não somente as atualizações digitais e capacitações para manuseio em diversas ferramentas atualmente disponíveis, mas também mudanças quanto a resolução dos problemas e impasses já que as relações sociais sofreram, igualmente, mudanças significativas. Lidar com problemas e permitir suas resoluções por meios pacíficos, se faz mais que necessário neste momento já que o trato social não pode ser “perdido” observando o litígio como uma forma de permitir ouvir e ser ouvido, o que faz muita diferença no trato das diversas questões jurídicas no momento. Em qualquer área do direito temos a necessária percepção do trato da lei aplicada ao caso concreto e o quanto a Lei irá atender a demanda jurídica e demanda social. Dessa forma, a Revista Ciências Jurídicas e Sociais traz a cada um de nós em seus diversos artigos publicados nesta edição, o trato de temas de uma forma séria e profissional. Nelson Mandela afirmou que “somente a educação mudaria o mundo” e esse passou a ser o norte para que novas perspectivas pudessem ser vislumbradas dentro e fora da Ciência Jurídica, mas sempre com respeito ético e dever social.

Nesta edição, selecionamos artigos cujos assuntos necessitam de uma reflexão mais cirúrgica, tendo em vista a delicadeza do atual momento, tais como aborto, pela grande repercussão da mudança legislativa ocorrida recentemente na Argentina; pensão por morte, diante da grande reforma previdenciária ocorrida no nosso país; acolhimento familiar, pois o direito social da criança e do adolescente ainda precisa enfrentar diversas pesquisas para ser efetivamente cumprido em nosso país; poluição sonora e os impactos na crescente problemática da vida urbana; e, por fim, a busca pela igualdade de gênero sustentada pela nossa agenda 2030 - ONU - na atualíssima discussão da participação política das mulheres.

Sendo assim, desejamos aos leitores um bom proveito dessas importantíssimas e atuais pesquisas feitas pelos autores que muito têm colaborado com nosso trabalho.

Excelente leitura!

**Prof.<sup>a</sup> Ma. Francine Delfino Gomes**

Editora-chefe da Revista Ciências Jurídicas e Sociais da UNG-Grupo Ser Educacional

**Prof.<sup>a</sup> Ma. Luciana Aparecida Guimarães**

Coeditora da Revista Ciências Jurídicas e Sociais da UNG-Grupo Ser Educacional